

FUNÇÃO ENUNCIATIVA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NO FACEBOOK

ENUNCIATIVE FUNCTION IN CONSTITUTION OF THE SUBJECT ON FACEBOOK

Leidiane Francisca de Moura **1**
Cristina Batista de Araújo **2**

Resumo: Por meio desse artigo, analisa-se a constituição discursiva do sujeito como enunciador, identificando práticas de comunicação e de entretenimento que afetam a posição-sujeito, discutindo a partir da perspectiva das redes sociotécnicas estabelecidas em ambiente virtual. Para isso, mobilizou-se o aporte teórico da Análise do Discurso (AD), particularmente a arqueogenealogia de Michel Foucault (1995, 1997 e 2007), e autores que contemplam a temática por sua discussão no campo da comunicação social. O trabalho se caracterizou por uma abordagem qualitativa do corpus, que adotou a descrição e a interpretação de postagens extraídas do Facebook, a fim de selecionar posicionamentos de sujeitos enunciativos e suas respectivas construções enunciativas que puderam ser interpretados como indícios de processos de subjetivação.

Palavras-chave: Enunciado. Subjetivação. Redes sociais.

Abstract: This article analyzes the discursive constitution of the subject as an enunciator, identifying communication and entertainment practices that affect the subject-position, discussing from the perspective of the socio-technical networks established in a virtual environment. Therefore, was mobilized the theoretical framework of Discourse Analysis (AD), particularly Michel Foucault's archeogenealogy (1995, 1997 e 2007), and authors from the field of social communication. The work was characterized by qualitative approach to the corpus, which adopted the description and interpretation of posts extracted from Facebook, to select a positions of enunciating subjects and their respective enunciative constructions that could be interpreted as evidence of subjectivation processes.

Keywords: Enunciated. Subjectivation. Social networks.

Especialista em Linguagens e Ensino pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia. Integrante do Grupo de Pesquisas em Linguagem e Mídia LIMAR/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6730068490410095>. E-mail: leidy_jw@hotmail.com **1**

Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário do Araguaia. Doutora em Letras e Linguística (UFG) e Pós-doutora em Estudos Linguísticos – Análise do Discurso (UFU). Líder do Grupo de Pesquisas em Linguagem e Mídia LIMAR/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9719737304831941>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1020-9612>. E-mail: cristina.baraujo@uol.com.br **2**

Introdução

A Internet, que começou na década de 1970 como uma rede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos¹, tornou-se um fenômeno por conectar milhões de computadores e de usuários, espalhados em diferentes países. Seu surgimento proporcionou transformações nas relações de comunicação e, segundo Laudon e Laudon (2007), a Internet se tornou um sistema de comunicação muito abrangente que chega a competir com o sistema telefônico, tanto em alcance quanto em amplitude.

Maciel (2004), a fim de demonstrar a evolução da Web, diferencia os serviços Internet em síncronos e assíncronos:

Os serviços assíncronos referem-se àqueles em que o usuário transmissor da mensagem e o receptor não precisam estar conectados ao mesmo tempo para que o serviço ocorra. Já nos serviços síncronos, há necessidade da presença de no mínimo dois usuários usando o serviço Internet ao mesmo tempo para que a comunicação (e os resultados desta) ocorra. São serviços assíncronos o correio eletrônico, as listas de interesse, os grupos de discussão e as redes sociais na Web, como por exemplo, seus blogs-fotologs, wikis e as comunidades virtuais ou redes de relacionamento. [...] Entre os serviços síncronos temos os conhecidos como bate-papo, comunicadores instantâneos, videoconferência e telefonia IP. (MACIEL, 2004, p. 42)

A principal característica da Web 1.0 era o foco nas informações disponíveis e conteúdo pouco interativo, já que o usuário não tinha autorização para realizar alterações ou atualizações. A Web 2.0 apresentou mudanças na participação dos usuários no consumo e na produção de informações, proporcionando a possibilidade de personalização de ambientes digitais e a socialização por meio de redes de relacionamento. Enquanto na Web 1.0 tem-se a interligação de documentos, páginas e máquinas, na Web 2.0 têm-se a interligação de pessoas, organizações e conceitos, com a produção e publicação de conteúdos pelos usuários, caracterizando-se, assim, a Web Social. A terceira geração da Internet, a Web 3.0, representa a interconectividade e a convergência de tecnologias que são usadas ao mesmo tempo e de maneira mais inteligente, aproveitando melhor todo o conhecimento já disponível e, conseqüentemente, modificando as relações entre usuários. (MACIEL; ROQUE; GARCIA, 2009)

O ambiente virtual trouxe possibilidades à comunicação que até então não existiam, como, por exemplo, a hibridação de meios tecnológicos em que os usuários interagem com diferentes mídias (texto, imagem, áudio ou vídeo). As redes sociais, que surgiram como ferramenta de comunicação e entretenimento, é um exemplo do uso híbrido de mídias e de serviços síncronos ou assíncronos. Atualmente, a segunda rede mais utilizada no Brasil é o *Facebook*, que foi lançado em 2004 e dispõe de variados recursos de interação e de comunicação entre os membros usuários².

Para Araújo e Rios (2012), as transformações na comunicação surgem para reconfigurar espaços já conhecidos como estrutura da sociedade e, nesse contexto, as redes sociais permitem a criação e o compartilhamento coletivo de informações e conteúdos ao mesmo tempo em que integra usuários. Mas, mesmo reconhecendo a importância da tecnologia, não há como ignorar a existência de conflitos advindos do uso desse suporte, tal como a ocorrência de abusos digitais por meio de atos que, mesmo legais, podem ser considerados antiéticos nas esferas sociais. Isso acontece porque o usuário sujeito carrega consigo traços ideológicos da sociedade em que se insere e tais referências interferem em seu posicionamento social, de modo que o que se escreve nas redes sociais funciona como evidências do processo de subjetivação dos enunciadores.

1 A Internet começou sob o nome ARPANET, nos Estados Unidos. Tinha como finalidade demonstrar as potencialidades na construção de redes de comunicação usando computadores dispersos em uma grande área. Em 1972, 50 universidades e instituições militares tinham se conectado.

2 <https://dataportal.com/reports/digital-2019-brazil>.

Os discursos são resultados de experiências sociais e a atividade enunciativa, dado seu caráter polifônico, nem sempre faz coincidir os sentidos do emissor com a compreensão do receptor, ao contrário, há um duelo pelo sentido da enunciação entre os enunciadores. Em outras palavras, a luta pelo sentido é materializada pelo discurso que, por sua vez, torna-se objeto e desejo do poder. Desse modo, controlar os discursos e os sentidos (aqueles que serão mantidos ou excluídos) configura-se, nas sociedades, a manutenção de diferentes sistemas de verdade. Tais sistemas estão relacionados às convenções sociais como estratégia de controle, estabilização e padronização dos comportamentos sociais.

Entende-se que quando o sujeito enunciator faz uma postagem em rede social, independente do conteúdo, seu ato implica a interpelação do interlocutor que, ao tomar a decisão de entrar nessa ordem discursiva, entrará na arena da significação. Afinal, o campo social é ditado por regras e o discurso é uma forma de materialização ideológica. Posto isso, o corpus desse trabalho é composto por postagens realizadas no Facebook, entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020, selecionadas em função das divergências provocadas entre os interlocutores e decorrentes das escolhas discursivas do sujeito enunciator. A fim de estudar as posições-sujeito exercidas no Facebook, foram mobilizados autores como Michel Foucault (1995, 1997 e 2007), Michel Pêcheux (1997), Evandra Grigoletto (2005) e outros.

O presente trabalho estrutura-se em três seções. Na primeira seção, apresenta-se o referencial teórico que embasam o estudo das relações de poder, das regulações do discurso e da posição-sujeito. Na segunda seção, aborda-se o limite entre o público e o privado no ciberespaço, assim como o efeito de personalidade criado pela rede social. Por fim, na terceira seção, apresenta-se, a análise de três publicações no Facebook que foram selecionadas em função de sua produtividade dialógica, seguida pelas considerações finais do trabalho.

A perspectiva do discurso, do sujeito e do poder

A Análise do Discurso (doravante AD) surge em meados da década de 1960, na França, como uma forma de abordar a política por meio da linguagem. A AD se caracteriza como um campo interdisciplinar que, nos anos 60, articulou teóricos da linguística (releitura de Saussure feita por Pêcheux), do materialismo histórico (releitura de Marx por Althusser) e da psicanálise (releitura de Freud por Lacan). Assim, a AD emerge no entrecruzamento do Materialismo Histórico, da Linguística e da Teoria do Discurso, todos atravessados por um subjetivismo que insere o inconsciente nos estudos discursivos. (FERNANDES, 2007).

Para operar com o discurso é necessário destacar que ele não é texto, não é *parole*, nem *langue*, apesar de poder ter elementos linguísticos em sua existência material. O discurso, para Foucault (1995), é expresso por meio dos enunciados, que devem ser analisado em conjunto, pois são produzidos na dispersão de acontecimentos. Para esse autor, o enunciado “não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos)”. (FOUCAULT, 1995, p. 98, destaques do autor).

Foucault (1995) afirma ainda que a *função enunciativa* está relacionada a certas características do enunciado, por meio das quais pode-se determinar sua existência. Tais características são o referencial, o campo associado, a existência material e a posição-sujeito.

A caracterização do referencial diz respeito às condições de possibilidades que determinam as regras de existência do enunciado, ou seja, são leis e regras de existência para os objetos que estão designados. Quanto ao campo associado, o enunciado liga-se a uma série de enunciados que o precedem, atualizando-os, e que o sucedem. Nesse sentido, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 1995, p. 113).

Afirmar que o enunciado tem uma existência material significa dizer que o enunciado necessita de uma materialidade que lhe determine um tempo e um espaço, sua individualização e, assim, possibilite observar sua transformação. No entanto, é preciso destacar que o enunciado pode ser repetido, mas a enunciação jamais se repetirá.

Outra característica do enunciado é sua relação com a posição-sujeito. Foucault (1995)

ressalta que o sujeito do enunciado não é um elemento gramatical e não coincide com a categoria *autor*, já que as condições de possibilidades de existência do enunciado não podem ser anteriores às da enunciação. A posição de sujeito é definida como um lugar determinado por “condições de individualização do sujeito”, pois um mesmo indivíduo “pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 107).

Para a perspectiva da AD ora apresentada, o enunciado é concebido por como função enunciativa que define textos como acontecimentos discursivos produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a emergência dos discursos na sociedade.

O sujeito, por sua vez, é marcado pelo social, pelos saberes ideológicos e históricos adquiridos através de suas experiências discursivas. Araújo (2013, p. 96) explica que “ao formular um enunciado, o sujeito expressa o seu horizonte conceitual, as regras que o formaram e sua visão de mundo resultante dessas relações constitutivas” e, partindo desse pressuposto, o indivíduo constrói enunciados responsáveis pela comunicação e, ao mesmo tempo enuncia seu posicionamento em uma dada ordem discursiva.

Nas palavras de Grigoletto (2005),

o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que ele é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. O lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da própria formação discursiva com o qual o sujeito se identifica. (GRIGOLETO, 2005, p. 5)

O discurso é, pois, concebido por Foucault como função enunciativa que define uma série de enunciados como acontecimentos discursivos produzidos por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a emergência dos discursos na sociedade. Sendo assim, a produção discursiva resulta em efeitos de sentidos construídos entre relações de poder e de resistência. (FOUCAULT, 1995).

Quando se fala da atração recíproca entre poder e resistência, trata-se de afirmar que o discurso é aquilo que arbitrariamente estabelece coerências e continuidades, de modo a fazer parecer natural. Em outras palavras, não se trata de um jogo apenas repressivo, ao contrário,

[...] se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 2006, p.11).

Nas palavras de Araújo (2017, p. 67), o que está em jogo nos estudos em torno da produção de discursos é o postulado sobre as condições de possibilidade do poder: “o suporte móvel das correlações de força que induzem estados de poder.”. Pois, se o poder é algo que se exerce, o que se precisa saber é em que consiste este exercício e qual sua mecânica de funcionamento. Assim sendo, no tópico a seguir será estudado o ciberespaço e seus limites, que implicam diretamente na exposição do sujeito e nas condições de possibilidade de produção de discursos no *Facebook*.

Ciberespaço: público e privado, individual e social

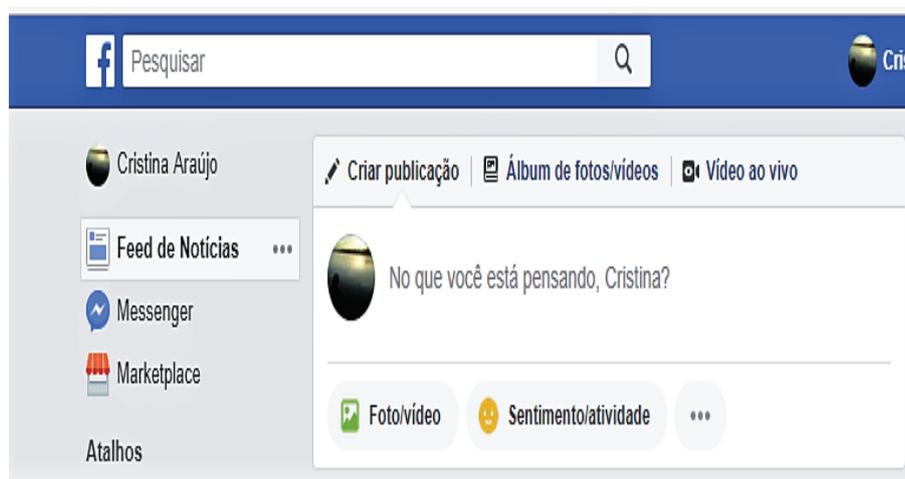
As experiências tecnológicas vivenciadas na atualidade colocam questões para a compreensão de uma geração multimidiática que conta com acesso a plataformas digitais e de ampla circulação, disponíveis na palma das mãos. Nunca se teve tanta informação disponível às

peças e, por essa razão, a sensação é a de que se pode conhecer tudo sobre qualquer tema. Esse estado de coisas é o que frequentemente interpela os sujeitos a falar, opinar, questionar. É ele também que convoca os indivíduos a dizerem sobre o que estão pensando, como estão se sentindo, onde estão e, se possível, provando com fotos ou transmitindo em *live*³.

Dentre vários aspectos relativos a essas ferramentas, destaca-se uma das características marcantes dessas plataformas digitais, a saber, elas oferecem a seus usuários a sensação de privacidade, liberdade irrestrita e de personalidade. Nesse contexto, a subjetividade contemporânea aparece vinculada a um modo de exercício de poder que tem entre suas principais táticas a exposição do indivíduo comum à grande visibilidade, o que, paradoxalmente, pode impedir de enxergar o que está fora de si.

A página inicial do *Facebook*⁴, ao ser acessada, convoca a interação do usuário por meio de uma pergunta aberta, de natureza exploratória e que abre espaço para a opinião (cf. Figura 1). Desse modo, é comum que as pessoas se sintam confortáveis compartilhando não apenas mais informações e de diferentes tipos, como também de forma mais aberta e com mais pessoas, incluindo o compartilhamento de fotos, sentimentos e hábitos.

Figura 1



Fonte: Status de usuário no Facebook. Acesso em 26 fev. 2020.

O espaço de enunciação propiciado pelo *Facebook* faz funcionar a posição-sujeito, exercida na função enunciativa, características constitutivas do sujeito do discurso. Diante de um enunciado possível, como esse na rede social ou não, é preciso considerar três aspectos que serão apresentados: primeiro aspecto é que o dizer sempre poderia ser outro, ou na problematização de Foucault (1995): “por que esse e não outro enunciado em seu lugar”; segundo, todo enunciado resulta do modo como o sujeito é afetado pela ideologia e pela ilusão de ser a origem do que diz; e terceiro, o enunciado não é individual porque se constrói entre interlocutores que, por sua vez, são seres sociais.

Para Bakhtin, a enunciação é produto da interação social e “mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor.” (BAKHTIN, 1990, p. 112). Nesse sentido, a pergunta proposta na página inicial do *Facebook* operacionaliza o caráter dialógico da linguagem, ou seja, possibilita a relação entre interlocutores, pois a resposta será dada ao grupo de pessoas que poderão lê-la, e não à plataforma como ferramenta tecnológica.

O enunciado visto como produto dialógico se baseia na compreensão de que “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 291). A dimensão dialógica da linguagem é o que baliza a existência humana e, por isso, o ato de

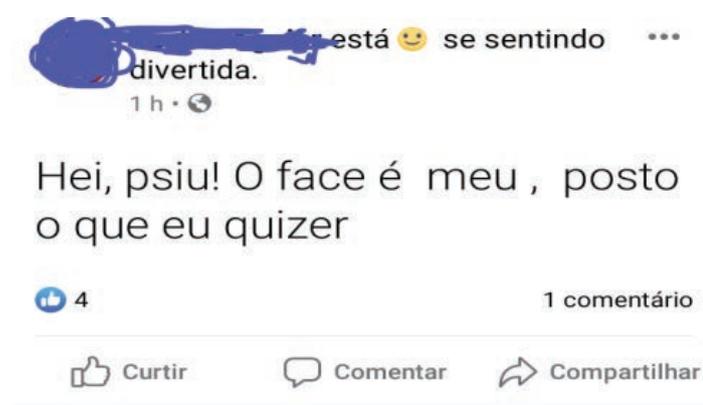
³ O termo Live é uma expressão em língua inglesa utilizada para denominar uma transmissão ao vivo de áudio e vídeo na Internet, geralmente feita por meio das redes sociais.

⁴ <https://pt-br.facebook.com/>

responder é algo de que o ser humano não tem como isentar-se. “A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é preche de resposta” (BAKHTIN, 1997, p. 290).

Não há, portanto, alibi para a existência na e pela linguagem porque o sujeito enunciativo assume seu dizer tanto em ato enunciativo (e responsivo) quanto nos enunciados decorrentes. Em suma, a posição-sujeito não estará isenta das implicações do seu dizer e dos sentidos produzidos. A Figura 2 a seguir exemplifica a construção do enunciado a partir de noções como função enunciativa, dialogismo e atitude responsiva até então discutidas:

Figura 2



Fonte: Status de usuário no Facebook. Acesso em 13 nov. 2019.

Na postagem anterior, é possível reconstituir uma sequência de elos enunciativos decorrentes daquela escrita, bem como postular os efeitos de sentido desejados. O enunciado apresentado na figura 2 postula um interlocutor que é evocado pelo “Hei, psiu!”, com quem se dialoga e a quem dirige uma informação de posse desse espaço virtual que é o *Facebook*: “O face é meu [...]”. Ao escrever “[...] posto o que eu quiser”, o enunciativo pressupõe que a esfera do dizível funciona unilateralmente e que, por isso, não estaria enredado na ordem discursiva que regula o quê, quem, onde e quando dizer. Em outras palavras, o enunciativo inscreve-se na esfera pública arrolando uma prerrogativa do âmbito privado, sob o esquecimento de que sua exposição nos diferentes suportes midiáticos e os esforços por visibilidade (*curtidas, likes, retuites* etc.) que a interação verbal gera o compromisso de responsividade.

Quando se fala em ciberespaço faz-se importante mencionar as redes de monitoramento que se diversificam e cujo objetivo é a coleta de dados. A existência de um perfil na rede serve também como ferramenta de análise para diferentes setores, seja para definir perfil de consumidor, selecionar empregado ou até mesmo para comprovações judiciais:

[...] o fluxo de informações que circula no ciberespaço se torna um foco privilegiado de monitoramento por diversos setores e segundo diferentes propósitos: comercial, publicitário, administrativo, securitário, afetivo, entre outros. Ações e comunicações cotidianas no ciberespaço se tornam cada vez mais sujeitas a coleta, registro e classificação. (BRUNO, 2013, p. 08).

Os processos de visibilidade e sua repercussão são elementos que carecem de monitoramento, uma vez que os dispositivos de rede sofrem constantes ataques de espionagem de dados. Para tudo aquilo que se posta há alguém que “vigia” há um alvo a ser atingido e, desse modo, volta-se ao princípio do poder disciplinar: ver e ser visto. De acordo com Foucault (2006), o regime de visibilidade é definido em função de que cada época tem seus próprios e específicos regimes de verdade ou “jogos de verdade”:

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira pela qual se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que se encarregam de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT 2006, p. 112).

A exposição tornou-se algo tão comum e necessário na geração digital, que os sujeitos nem sempre se preocupam com a visibilidade e repercussão dos materiais expostos, sejam exposições próprias ou de terceiros. Dessas exposições, muitas vezes, resultam atos de injúria e difamação, diferentes crimes cibernéticos, crimes autorais etc..

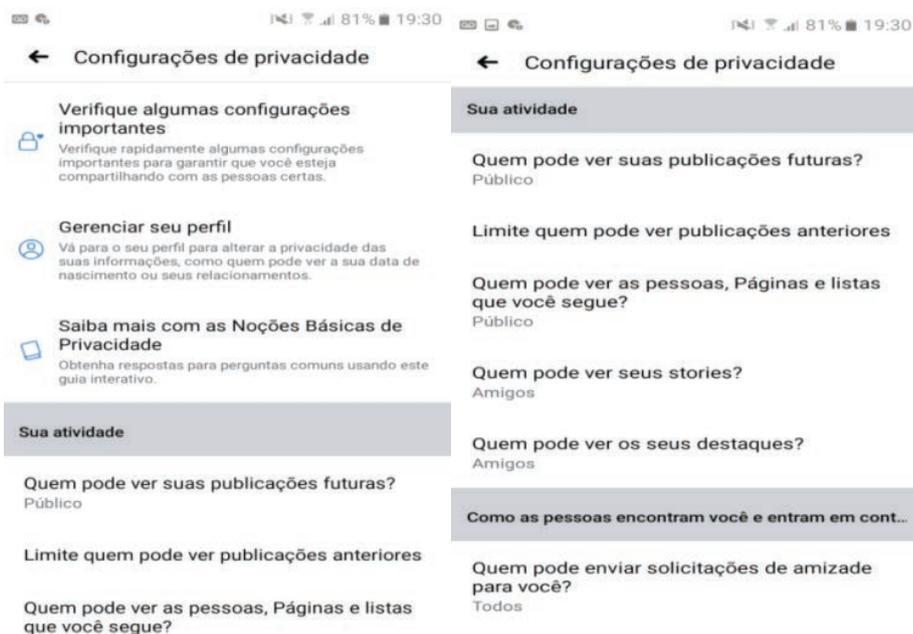
No ciberespaço, os indivíduos constroem uma trama de saberes sobre seu cotidiano ao exporem hábitos, comportamentos, relacionamentos pessoais e preferências; fomenta, por meio dessa rede de dados, a atividade de vigilância que observa sistematicamente o indivíduo, a população como um todo e quaisquer informações relativas a diferentes interesses. Bruno (2013) trata essa visibilidade como uma armadilha, algo que se move ao redor da estética e da subjetividade, em que é necessário parecer feliz, produtivo e engajado. Para a autora, os sites de compartilhamento e redes sociais têm diversificado o palco produzido pela internet ao envolver “uma série de outras práticas que se adicionam à exposição da intimidade: sociabilidade, jornalismo, política, ativismo, comércio, trabalho, educação, pesquisa, marketing etc.” (BRUNO, 2013, p. 55)

O foco de visibilidade sobre o indivíduo comum é ampliado com o crescimento e desenvolvimento das tecnologias, já que a mídia possibilita que ele seja sua própria mídia e crie seu próprio público. Sob a aparência de realidade, tudo o que ocorre no ambiente digital é calculável e funciona em prol do controle e da produção e, por essa razão, é possível afirmar que a mídia está presente nos processos de luta por poder e alimenta interesses de diferentes esferas discursivas. Muito do que é exposto instaura-se como verdade e obtém alcance imensurável, contribuindo para a construção de modos de agir, em outras palavras, a construção de subjetividades.

A geração atual intitulada como *nativos digitais*, em suas práticas cotidianas, abordam temas como a sexualidade, o amor, o corpo, a saúde, entre outros que dada complexidade de abordagens resultam em discussões na forma de comentários ou *likes*. Essa exposição baseada nos próprios comportamentos, gostos e crenças ultrapassam o limite entre o público e o privado, uma vez que o próprio termo linguístico *publicação*, usado para a exibição nas redes sociais, demarca esse lugar e convida o outro a se tornar espectador da intimidade, oferecendo sua vida à visibilidade para a satisfação da autoestima.

Mas, a quem se dirigem essas imagens e exposições da vida íntima e cotidiana no *Facebook*? Dirigem-se ao público amplo cuja limitação é definida pelas configurações de privacidade aplicadas por cada usuário, e que definem, assim, a exibição e o alcance dos conteúdos expostos:

Figura 3



Fonte: Configurações de privacidade no Facebook. Acesso em 26 fev. 2020

A política de dados do *Facebook* apresenta regras e acordos que, caso não sejam aceitos, podem impossibilitar a inscrição do usuário. Diante disso, é possível que as pessoas se sintam coagidas a submeterem-se a esses acordos para fazerem parte dessa abrangente rede social. É comum que ocorra a aceitação dessa política de dados sem efetivamente conhecê-la, e uma das razões pode ser atribuída ao detalhamento do texto que o torna longo. Em outras palavras, os usuários da rede social podem estar sujeitos a regras e compartilhamento de dados sem saberem exatamente do que se trata.

Como é possível visualizar na figura a seguir, a política de dados do *Facebook* está subdividida em abas de perguntas que, ao ser abertas, levam ao texto integral:

Figura 4



Fonte: Política de Dados. Acesso em 15 nov. 2019.

A figura 4 ilustra parte das tratativas de consentimento para os usuários quando criam uma conta. Nessa política de dados é explicitado qual o tipo de controle exercido pelo *Facebook* a partir de dados gerados pelos conteúdos acessados e compartilhamentos, pelo en-

vio de mensagens e localizações, pela sincronização de dispositivos, pelo uso de recursos de câmera e filtros, dentre outros tipos de coletas.

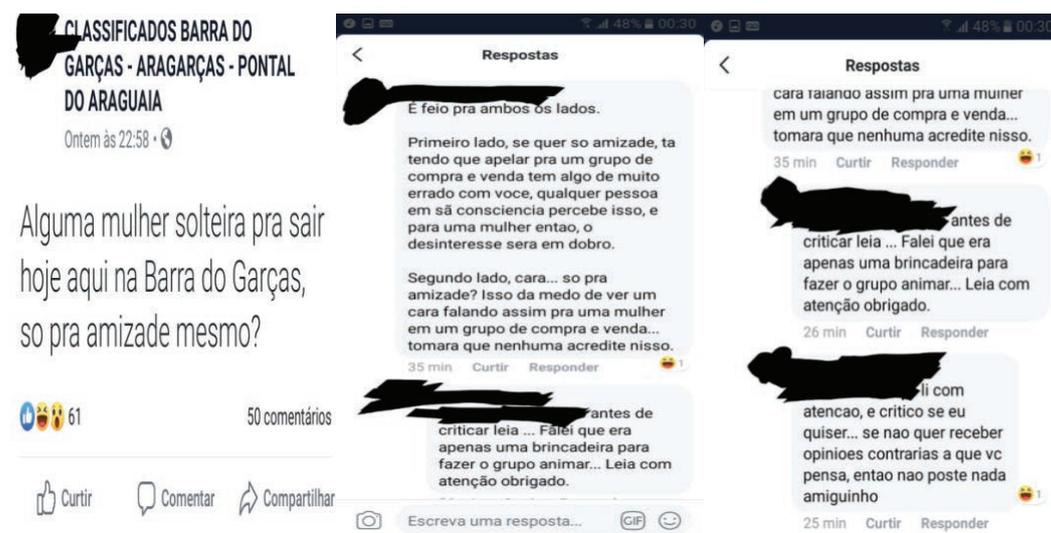
No próximo tópico, serão apresentadas postagens extraídas do *Facebook*, a fim de observar posicionamentos dos enunciadores e suas respectivas construções enunciativas, tratadas como indícios de processos de subjetivação.

Enunciadores no *Facebook*

Considerando que a compreensão do enunciado concreto é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa, as postagens selecionadas para análise foram vistas como resultado de um processo de escolhas enunciativas que, por sua vez, arrolaram diferentes tipos de compreensão por parte dos interlocutores. Um dos elementos determinantes para essa compreensão é o grau de informatividade compartilhado entre os interlocutores na interação verbal, acionado pelo enunciado que delinea o que é informação dada, nova, disponível ou inferível. Sendo assim, seguem as postagens.

Postagem 1

Figura 5



Fonte: Postagem em classificados no Facebook. Acesso em 20 nov. 2019.

A figura 5 apresenta uma postagem que circulou em grupo de classificados destinado aos usuários que buscam realizar negócios nos municípios de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, do estado de Mato Grosso, e no município de Aragarças, do estado de Goiás. A publicação é um polêmico convite cujos lugares discursivos construídos pelos sujeitos participantes dessa enunciação fundam-se na relação entre a língua e a história. No momento em que foi realizada a captura de tela da postagem anterior, havia o registro de cinquenta (50) comentários e de sessenta e uma (61) reações⁵ ao enunciado “Alguma mulher solteira pra sair hoje aqui na Barra do Garças, só pra amizade mesmo?”.

O comentário selecionado para análise aponta para os efeitos de sentido decorrentes de construções sociais que rejeitam a equalização entre *comércio* e *amizade* e que reforçam a impossibilidade de existir amizade entre homens e mulheres. Diante dessa compreensão, o enunciador desqualifica o comentário por meio da estratégia de afirmar a existência de uma informação previamente disponível: ser brincadeira. Para dar corpo à ideia de que há um sentido ignorado pelo interlocutor, o enunciador utiliza “leia” e “leia com atenção”. Sabendo, então,

⁵ As reações no Facebook são conhecidas como emojis (japonês) ou emoticons (inglês). Trata-se de uma sequência de caracteres tipográficos e/ou imagens usados para transmitir o estado de quem os emprega; passaram a ser utilizados como variação da opção “curtir”, como um modo de enunciar às pessoas sem deixar comentários.

que seu objetivo como enunciador fora fazer uma brincadeira para “animar o grupo”, há um problema na construção da informação como um referente dado no enunciado e como um referente novo na interação verbal.

Ao ter seu comentário desacreditado por ausência de leitura de algo que não estava registrado (a intenção de fazer uma brincadeira para “animar o grupo”), a réplica consistiu em dizer que, se a leitura da postagem era uma prerrogativa para a crítica, havia feito leitura atenta. E o ordenamento sintático desse raciocínio é enfático ao demarcar as duas proposições em orações justapostas pela conjunção e pela pontuação: “li com atenção, e critico se quiser”.

Ainda, no último comentário selecionado, o enunciador coloca em xeque o caráter dialógico dos enunciados, o *não-álibi*⁶ da existência (BAKHTIN, 1997) quando expressa que todos estão sujeitos aos embates dialógicos quando se posta algo na rede social. É possível alinhar os dois enunciados finais desse recorte enunciativo (Antes de criticar, leia. *versus* Se não quer críticas não poste.)

Por meio da disposição gráfica do *Facebook* é possível visualizar os elos da cadeia enunciativa de que trata Bakhtin (1997), em que cada ato responsivo registra-se na sucessão cronológica de comentários e, em alguns casos, no uso de recuos. Mas, há ainda outros recursos, tais como as construções sociais e ideológicas, capazes de arrolar mesmo os enunciados ausentes. É o caso da afirmação “É feio pra ambos os lados”, em que é possível depreender que, para esse enunciador, é **reprovável que um** homem procure por mulher em classificados, assim como é **reprovável que uma mulher compactue com os** termos postados.

Postagem 2

Figura :



Fonte: Postagem em classificados II no Facebook. Acesso em 10 nov. 2019.

⁶ Não posso ser aliviado da responsabilidade pela execução de um ato por um álibi (“Eu estava no lugar da execução desse ato”).

Figura 7:



Fonte: Postagem em classificados II no Facebook. Acesso em 10 nov. 2019.

Na figura anterior, temos a exposição de itens para venda, a saber, dois tênis. Ao capturar a postagem, foram observados cento e setenta (170) comentários e cento e uma (61) reações ao enunciado “Vendo esses 2 tênis. Mizuno original. Valor 500 cada um”. Os comentários destacados na figura 6 enunciam sobre a incompatibilidade entre os itens a venda e o preço estipulado.

Apesar de não estar escrito que se trata de produtos seminovos, possivelmente a imagem de tênis fora de suas caixas possibilita essa leitura aos interlocutores do anúncio, como é notado no comentário “[...] pagar 500 em tênis usado [...]”. É este o fato que torna produtiva a responsividade dos comentários que põem em xeque a legitimidade do preço ao igualarem ironicamente o produto a outros que, no imaginário social, são mais valiosos: “Aceita carro no negócio? (dois *emojis* chorando de rir)” e “Aceita um lote no negócio?”. Nessa linha da ironia, encontra-se o comentário: “Você está querendo um kkk” e outro que se refere à **possibilidade de** alguma pessoa famosa ter usado aquele produto a ponto de justificar a incompatibilidade de preço: “[...] foi usado pelo nada mais nada menos que o Michael Jackson o astro do pop (um *emoji* sinal de silêncio)”.

Apesar das medidas de privacidade, a rede social **é um** espaço em que tudo que se publica está sujeito a questionamentos. Assim, a esfera discursiva constituída por postagens como da figura 6 torna-se um campo capaz de acionar o caráter dialógico da linguagem, em alguns casos despertando hostilidades e ironias como respostas.

No sentido de anular a característica dialógica da enunciação, o enunciado “[...] o Mizuno é dela, ela vende no preço bruto que ela quiser” retoma a legitimidade de que o sujeito da enunciação tem autonomia para ocupar o lugar enunciativo como *lhe convém*. Entretanto, mais uma vez, ignora-se o *não-álibi* da existência (BAKHTIN, 1997); ignora-se que, ao entrar na cadeia de enunciados, a palavra alheia se transforma em palavra própria e não há possibilidade de ruptura, de mudarmos nossas direções. A dimensão enunciativa é objetiva e a vida é concreta, portanto, quando se expressa todos estão sujeitos aos embates dialógicos, quer na rede social ou fora dela.

Essa percepção dialógica da enunciação se materializa nos comentários seguintes da postagem de duas formas: a primeira, em dizer que não certezas para o *querer* (querer 500 e alguém pagar 500 em tênis usado é um caminho muito longo); a segunda, em reafirmar o *querer* do enunciador da postagem e o *querer* do enunciador do comentário como realidade concreta da interação verbal. Em suma, os interlocutores acionam as experiências de mundo adquiridas e as regras silenciosas da sociedade que levam os usuários da rede social a taxarem com exorbitantes os preços sugeridos.

A repercussão das postagens apresentadas remete ao dilema de que o enunciado afir-

mado por alguém passa a fazer parte de todos os enunciados em uma cadeia infinita, e que a produção do discurso é organizada e controlada por procedimentos que regulam o dizer. Assim, mesmo que se sinta livre para postar na rede social, o sujeito, ao fazê-lo, fala de si próprio e não tem controle dos efeitos de sentido decorrentes de suas publicações.

Considerações Finais

A proposta deste trabalho foi apresentar uma possibilidade teórica de estudar as relações de poder, as regulações do discurso e da posição-sujeito na rede social *Facebook*. De igual modo, pretendeu-se abordar o limite entre o público e o privado no *ciberespaço*, assim como o efeito de pessoalidade criado pela rede social. Percebeu-se que quando o sujeito enunciador faz uma postagem em rede social, independente do conteúdo, seu ato implica a interpelação do interlocutor que também entrará na arena da significação.

Sabendo que o campo social é ditado por regras e que o discurso é uma forma de materialização ideológica, a língua mostra-se como possibilidade concreta de apreender o funcionamento da produção de enunciados e as discordâncias resultantes das escolhas e possibilidades. Nesse sentido, as postagens apresentadas e suas polêmicas demonstram que o sujeito não tem controle sobre a compreensão do receptor e que o discurso é sempre polissêmico.

As postagens mostram que as escolhas enunciativas foram responsáveis pelo grau de polemicidade, e que a esfera discursiva está submetida a regras silenciosas da sociedade e está sujeita a críticas e debates. Para a concretização do discurso vale entender que não existe lugar neutro, ao contrário, o enunciador executa possibilidades de dizer e produz o enunciado.

Referências

ARAÚJO, C.B. **A construção de subjetividades no discurso escolar**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, 2013.

ARAÚJO, C.B. **Discurso e Cotidiano Escolar: Saberes e Sujeitos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ARAÚJO, L.L.P. e RIOS, R. **A Popularização das Redes Sociais e o Fenômeno da Orkutização**. Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Recife – PE. 2012.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FERNANDES. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas urbanas, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: vontade de saber**. Vol. 1. São Paulo: Editora Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito**. Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p.154-164.

LAUDON, K.C.; LAUDON, J.P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: MacGraw-Hill, 2007.

MACIEL, C. **Comunicação através da Internet e serviços síncronos e assíncronos**. NeAD/UFMT, 2004.

MACIEL, C.; ROQUE, L.; GARCIA, A.C.B. **Democratic Citizenship Community**: a social network to promote e-deliberative process. In: ACM International Conference Proceeding Series, vol. 390. Digital Government Society of North America, 2009, pp. 25-34.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

Recebido em 28 de abril de 2021.
Aceito em 25 de maio de 2021.